

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Quotistas e Administradores da
Âmbar Energia Ltda.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Âmbar Energia Ltda. ("Empresa"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Âmbar Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Empresa e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional de investimentos

Continuidade operacional das Companhias eólicas investidas do Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 (c) as demonstrações contábeis, o Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão possui investimentos em 13 (treze) companhias eólicas originadas do Leilão Público nº 5/2013 ("Leilão"), realizado em 23 de agosto de 2013, cujo objeto deste leilão foi a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE), principal fornecedor dos empreendimentos de aerogeradores, e a conseqüente rescisão dos contratos de fornecimentos, não cumpriu os prazos determinados, e a Administração das companhias eólicas tomou ações para readequações dos projetos.

Após a desconstrução da energia reserva vendida em leilão e habilitação dos projetos das companhias eólicas nos próximos leilões de energia, a Administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos nos empreendimentos, bem como, na avaliação das opções mais viáveis para resolução dos atuais quadros nos quais as companhias eólicas se encontram, além de outras considerações. A Administração das companhias eólicas entende que todas essas medidas visam a recuperação dos níveis de retorno dos investimentos, e esforços para manterem as companhias eólicas adequadas as implementações de alternativas viáveis que permitam possível continuidade do processo de implantação dos projetos.

Conseqüentemente, a continuidade operacional das companhias eólicas depende do sucesso na avaliação das opções viáveis para resolução dos atuais quadros que se encontram.

As demonstrações contábeis das companhias eólicas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de as companhias eólicas continuarem operando. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase

Acordos firmados pela controladora direta J&F investimentos S.A. e investigações independentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, é de conhecimento público, que em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiu algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, sendo que a Âmbar Energia Ltda. ("Âmbar") aderiu a esse Acordo em 21 de setembro de 2017. Diante desse cenário, o Grupo J&F está cumprindo as obrigações assumidas no Acordo. Ressalta que a Âmbar e suas subsidiárias, não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, e o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

A investigação interna realizada na Âmbar Energia Ltda. foi concluída e apresentada ao Comitê de Supervisão Independente e ao Ministério Público Federal em 13 de setembro de 2018. Segundo a Administração, o resultado da investigação interna confirmou não ter havido qualquer envolvimento dos executivos e Colaboradores da Âmbar Energia Ltda. nos atos ilícitos que constituem objeto do Acordo de Leniência, bem como, não revelou quaisquer práticas de ilicitudes que pudessem ter causado reflexos nas demonstrações contábeis ora apresentadas.

As investigações na controladora J&F permanecem em curso. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Resolução antecipada do contrato de fornecimento de gás natural com a Petrobrás

Chamamos atenção a Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis, que em 7 de junho de 2017 a Empresa, recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, fornecedora de gás natural, em relação a resolução unilateral do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobras e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas ("UTE Cuiabá"), diante das informações de que os executivos da J&F Investimentos, controladora da notificada, ofereceram a agente público pagamento indevido e vedado legalmente, a fim de que intercedesse junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em favor da Empresa em assunto referente ao objeto do Contrato. A Empresa, por meio de sua assessoria jurídica, tomou como medida, em 10 de agosto de 2017, o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", junto a Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), buscando dirimir as questões controversas em relação ao contrato, bem como alegando a ilicitude da resolução unilateral pela Petrobrás, e o indébito de valores requeridos a título de indenização. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Parceria público privada

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possui gastos com estudos elaborados para atendimento ao chamamento público, que consiste em estudos técnicos e modelagem de projetos de Parceria Público Privada (PPP) com a Prefeitura de São Paulo. Embora a Administração da Empresa entenda que a mensuração, contabilização e classificação do montante de R\$ 1.976 mil tenha sido efetuada em bases consistentes e conservadoras, somente o vencedor da licitação terá seus custos de elaboração dos projetos ressarcidos nos termos do chamamento público. Consequentemente, a confirmação do vencedor dependerá de decisões das autoridades competentes. A Administração da Empresa não possui expectativa de perdas com este processo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar, sendo requeridas somente para as companhias abertas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



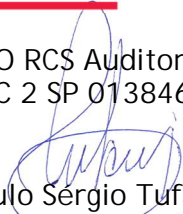
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de maio de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Paulo Sérgio Tufani
Contador - CRC 1 SP 124504/O-9

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.613	831	3.736	27.413
Contas a receber	5	1.860	48.167	2.062	64.912
Estoques		-	-	2.684	2.707
Almoxarifado	6	17.310	16.618	17.326	16.633
Outros ativos destinados à venda	7	-	-	-	8.443
Tributos e contribuições a compensar	8	11.903	27.182	12.420	28.236
Ativo contratual de concessão	10	-	-	-	66.575
Outros ativos circulantes	11	8.971	27.471	9.349	36.838
Ativos mantidos para venda	13	1.181.230	-	1.469.793	-
		1.223.887	120.269	1.517.370	251.757
Não circulante					
Ativo contratual de concessão	10	-	-	-	1.079.506
Partes relacionadas	9	113.195	263.637	111.336	263.637
Tributos e contribuições a compensar	8	6.501	-	6.501	-
Depósitos, cauções e outros		7.102	6.948	7.149	6.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	12.346	12.346	39.677	35.790
Outros ativos não circulantes	11	47.934	27.457	47.934	42.921
Investimentos	12	724.884	1.971.527	20.991	416.456
Imobilizado	14	206.418	228.498	261.361	285.306
Intangível	15	56	58	672.904	632.650
		1.118.436	2.510.471	1.167.853	2.763.248
Total do Ativo		2.342.323	2.630.740	2.685.223	3.015.005

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Balances patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	56.487
Fornecedores	17	16.044	80.869	17.389	85.838
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	18	9.453	17.249	10.454	27.299
Outros passivos circulantes	20	7.577	17.059	9.011	21.336
Passivos mantidos para venda	13	-	-	278.669	-
		33.074	115.177	315.523	190.960
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	232.778
Fornecedores	17	25.249	-	25.249	-
Partes relacionadas	9	363.641	370.090	491.954	498.813
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	18	-	-	6.661	5.547
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	4.603	4.603	95.127	84.559
Provisão para riscos processuais e fiscais	21	1.771	1.469	2.499	6.416
Provisão para perda com investimentos	12	177.706	156.572	-	-
		572.970	532.734	621.490	828.113
Patrimônio Líquido					
Capital social	22	1.777.524	2.139.195	1.777.524	2.139.195
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	101.828	-	101.828
Transações de capital		(1.804)	(1.688)	(1.804)	(1.688)
Reserva especial de ágio na incorporação		8.013	8.013	8.013	8.013
Prejuízos acumulados		(64.131)	(266.032)	(64.131)	(266.032)
Outros resultados abrangentes		16.677	1.513	16.677	1.513
Participação dos não controladores		-	-	11.931	13.103
		1.736.279	1.982.829	1.748.210	1.995.932
Total do Passivo		2.342.323	2.630.740	2.685.223	3.015.005

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita operacional líquida	23	6.176	255.966	7.792	275.246
Custo operacionais	24	(35.162)	(208.979)	(51.352)	(225.502)
Lucro (prejuízo) bruto		(28.986)	46.987	(43.560)	49.744
Despesas administrativas e gerais	24	(28.124)	(35.916)	(33.746)	(37.034)
Outras receitas (despesas), líquidos	24	347	740	(1.212)	(1.510)
		(27.777)	(35.176)	(34.958)	(38.544)
Resultado operacional		(56.763)	11.811	(78.518)	11.200
Resultado financeiro					
Receita financeira	25	4.583	4.688	46.280	18.981
Despesa financeira	25	(2.771)	(6.987)	(25.237)	(19.583)
		1.812	(2.299)	21.043	(602)
Resultado de equivalência patrimonial e realização da menos valia	12	(1.554)	24.305	(3.710)	(41.244)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		(56.505)	33.817	(61.185)	(30.646)
IRPJ e CSLL corrente	19	-	(3.288)	165	(6.449)
IRPJ e CSLL diferido	19	94.727	84.762	98.000	155.899
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das operações continuadas		38.222	115.291	36.980	118.804
Resultado líquido das operações descontinuadas	13	(102.353)	337.015	(102.353)	337.015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(64.131)	452.306	(65.373)	455.819
Atribuído a:					
Participação dos controladores		(64.131)	452.306	(64.131)	452.306
Participação dos não controladores		-	-	(1.242)	3.513
		(64.131)	452.306	(65.373)	455.819

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(64.131)	452.306	(65.373)	455.819
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	(25.227)	(1.971)	(25.227)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.971)
Ajuste acumulado de conversão	40.391	3.484	40.391	3.484
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(48.967)</u>	<u>453.819</u>	<u>(50.209)</u>	<u>457.332</u>
Total do resultado abrangente				
atribuível a:				
Acionistas da empresa	(48.967)	453.819	(48.967)	453.819
Não controladores	-	-	(1.242)	3.513
	<u>(48.967)</u>	<u>453.819</u>	<u>(50.209)</u>	<u>457.332</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transações de Capital	Reserva especial de ágio	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.137.411	-	-	8.065	-	(718.338)	427.138	(465)	426.673
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	452.306	452.306	3.513	455.819
Equivalência patrimonial sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-	-	-	(1.971)	-	(1.971)	-	(1.971)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	3.484	-	3.484	-	3.484
Aumento de capital	1.035.297	-	-	-	-	-	1.035.297	-	1.035.297
Redução de capital	(33.513)	-	-	-	-	-	(33.513)	-	(33.513)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	101.828	-	-	-	-	101.828	-	101.828
Perda por variação no percentual de participação de controladas	-	-	(1.688)	-	-	-	(1.688)	-	(1.688)
Reserva especial de ágio na incorporação	-	-	-	(52)	-	-	(52)	-	(52)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	10.055	10.055
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.139.195	101.828	(1.688)	8.013	1.513	(266.032)	1.982.829	13.103	1.995.932
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(64.131)	(64.131)	(1.242)	(65.373)
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	-	-	-	-	(25.227)	-	(25.227)	-	(25.227)
Ajustes acumulados de conversão (ágio)	-	-	-	-	40.391	-	40.391	-	40.391
Aumento de capital	101.828	(101.828)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	(463.499)	-	-	-	-	266.032	(197.467)	-	(197.467)
Transação de capital – variação de participação	-	-	(116)	-	-	-	(116)	-	(116)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	70	70
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.777.524	-	(1.804)	8.013	16.677	(64.131)	1.736.279	11.931	1.748.210

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(64.131)	452.306	(65.373)	455.819
Ajustes por:				
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	22.298	22.596	28.906	29.017
Ganhos/Perdas com resultado de equivalência patrimonial	1.554	(361.320)	3.710	(54.972)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(94.727)	(81.474)	(98.000)	(299.795)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(165)	-
Resultado financeiro líquido	(2.003)	2.299	(1.624)	846
Provisão para contingências	455	3.429	(3.749)	7.661
Receita de operação e manutenção	-	-	-	(8.716)
Atualização do ativo contratual da concessão	-	-	-	(97.627)
Resultado com operação descontinuada	102.353	-	62.077	-
	(34.201)	37.836	(74.218)	32.233
Varição em:				
Contas a receber	46.486	(45.912)	65.715	(55.976)
Estoques e almoxarifado	(691)	1.909	6.084	9.695
Impostos a recuperar circulante e não circulante	9.552	3.026	9.038	3.008
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes e não circulantes	(2.132)	(49.470)	15.541	(49.373)
Ativo contratual da Concessão	-	-	-	58.699
Ativo intangível	-	2	-	2
Fornecedores	(38.573)	72.694	(42.295)	72.719
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais circulante e não circulante	(7.796)	8.543	(14.034)	11.419
Outros passivos circulantes	(9.638)	6.654	(11.041)	5.103
Pagamento de contingências	(153)	(4.819)	(168)	(4.819)
Ativos mantidos para venda	-	-	67.412	-
Variações em ativos e passivos operacionais	(2.945)	(7.373)	96.252	50.478
Juros pagos	(132)	(2.526)	(234)	(16.984)
Juros recebidos	337	690	2.843	2.279
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.833)	(2.623)	(5.671)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(36.941)	23.794	22.020	62.335

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições e baixas de ativo imobilizado e intangível	(218)	(410)	(45.216)	(1.032)
Adições nos investimentos em controladas e coligadas	(6.889)	(98.645)	(140)	(83.593)
Transações com partes relacionadas	143.993	-	145.442	-
Ativo contratual da concessão (construção)	-	-	28.464	(29.152)
Caixa de investimento incorporado	-	2	-	78.632
Outros	-	-	-	1.234
Dividendos recebidos	4.577	-	33.639	-
Ativos mantidos para a venda	-	-	(33.563)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(2.530)	(99.053)	(16.816)	(33.911)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	-	9.098
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(48.987)
Aplicações/Resgates de fundos vinculadas	-	-	-	(33.646)
Pagamentos de dividendos	-	-	(33.639)	(93)
Transação com partes relacionadas	238.720	7.085	250.122	4.438
Transação de capital	-	-	(116)	-
Aumento (redução) do capital social	(197.467)	(33.513)	(197.467)	(33.513)
Adiantamento para Futuro Aumento de capital	-	101.828	-	101.828
Outros	-	-	-	(2)
Participação de não controladores	-	-	70	-
Ativo mantidos para venda	-	-	(47.852)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	41.253	75.400	(28.881)	(877)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	-	(827)
Variação líquida no exercício	1.782	141	(23.677)	26.720
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	831	690	27.413	693
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.613	831	3.736	27.413

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita operacional				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	286.388	1.949	309.258
Outras receitas	16	37	17	117
	16	286.425	1.966	309.375
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(4.993)	(178.368)	(8.988)	(175.096)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.493)	(12.413)	(15.033)	(23.512)
Perda / Recuperação de valores ativos	480	(79)	480	83
	(15.006)	(190.860)	(23.541)	(198.525)
Valor adicionado bruto	(14.990)	95.565	(21.575)	110.850
Depreciação e Amortização	(22.298)	(22.596)	(28.906)	(29.0001)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(37.288)	72.969	(50.481)	81.849
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.554)	361.320	(3.710)	(41.244)
Receitas financeiras	4.583	4.688	46.280	18.981
Resultado líquido das operações descontinuadas	(102.353)	337.015	(102.353)	337.015
Outras	315	6	(1.244)	12
Valor adicionado total a distribuir	(136.297)	438.983	(111.508)	396.613
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	18.644	20.533	24.274	25.361
Benefícios	1.956	1.902	2.331	2.250
FGTS	1.052	1.168	1.137	1.258
	21.652	23.603	27.742	28.869
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(97.140)	(43.848)	(99.872)	(107.907)
Estaduais	-	-	4	1
Municipais	133	129	134	130
	(97.007)	(43.719)	(99.734)	(107.776)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	2.716	6.332	25.074	18.781
Aluguéis	392	392	651	722
Outras	81	69	132	198
	3.189	6.793	25.857	19.701
Remuneração de capitais próprios				
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(64.131)	452.306	(64.131)	452.306
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(1.242)	3.513
	(64.131)	452.306	(65.373)	455.819
Valor adicionado total distribuído	(136.297)	438.983	(111.508)	396.613

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Âmbar Energia Ltda. (“Empresa” ou “Âmbar”) foi constituída em 30 de janeiro de 1997 e é parte integrante do Projeto Cuiabá, que também compreende as Empresas Gasocidente do Mato Grosso Ltda. (“GOM”) e Gasorient Boliviano Ltda. (“GOB”). A Empresa tem como objeto social a prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis.

As atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”). Assim, a Empresa foi autorizada a implantar uma usina termelétrica de ciclo combinado (“Usina”), com duas turbogeradoras a gás, de 167,40 MW cada uma, e uma turbogeradora a vapor de 194,40 MW. As três turbogeradoras totalizavam 529,20 MW de potência instalada, em ciclo combinado, utilizando como combustível o gás natural.

De 2011 a outubro de 2015 a Empresa possuía contrato com a Petrobras de locação e serviços de manutenção e operação da Usina. A partir de 20 de outubro de 2015 a Âmbar iniciou a operação no Mercado de Energia à Curto Prazo com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). O insumo (Gás Natural) foi adquirido da Petrobras e o contrato ficou vigente até 15 de janeiro de 2015. No ano de 2016 a Empresa basicamente não teve geração por decisão gerencial devido à baixa no preço da energia.

No mês de novembro de 2016, a Âmbar Energia Ltda. firmou um contrato interrompível com a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) para fornecimento de gás natural. O contrato tem duração de quatro anos e terminará em 31 de dezembro de 2019.

Em 29 de novembro de 2017, a Âmbar firmou um contrato com a GOM – Gasocidente do Mato Grosso Ltda, de prestação de serviço de transporte extraordinário de gás natural pelo transportador (GOB – Gasorient Boliviano Ltda) e este tem vigência de 12 meses a contar da data da assinatura.

1.1. Incorporações e alteração da razão social

Em 29 de fevereiro de 2016 a Empresa incorporou a Zetta Lighting com o objetivo de simplificar as estruturas administrativas e operacionais das sociedades, racionalizar e otimizar os resultados, melhorar o gerenciamento dos fluxos financeiros e permitir uma melhor alocação dos recursos disponíveis em benefício dos controladores finais da Empresa. O acervo líquido incorporado foi de R\$ 497.384. O valor do ágio de investimentos em controladas esperado pela rentabilidade futura da incorporação da Zetta Lighting é de R\$ 429.897, e em 31 de dezembro de 2016 fora reconhecido *impairment* do respectivo ágio no montante de R\$ 30.118.

Em 2 de janeiro de 2017 a Empresa incorporou a Âmbar Participações Energia Ltda. (anteriormente controlada por sua holding a J&F Investimentos S.A.), a incorporada tinha por objetivo investir nos setores de infraestrutura e energia, e em dezembro de 2012 adquiriu 99% das cotas de um fundo de investimento administrado e gerenciado pela REAG Investimentos, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão). Em decorrência desta incorporação, a denominação social da Empresa foi alterada de EPE – Empresa Produtora de Energia Ltda. para Âmbar Energia Ltda.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

1.2. Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiu algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, sendo que a Âmbar Energia Ltda. ("Âmbar") aderiu a esse Acordo em 21 de setembro de 2017.

No Acordo, a J&F compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde, J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de R\$10,3 bilhões de reais, durante os próximos 25 (vinte e cinco) anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 (cinco) parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 (vinte e duas) parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, a serem pagas exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield, e pelos demais fatos mencionados nos anexos constantes do respectivo Acordo.

A J&F compromete-se também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de ilícitos, realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, (ii) a cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer às melhores práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados.

A partir de fevereiro de 2018 a Âmbar deu início à implementação de um Sistema de Gestão de Compliance (Programa de Integridade). Desde então a empresa lançou um Código de Conduta, promoveu treinamento a seus Colaboradores e está trabalhando no aprimoramento e elaboração de políticas e procedimentos internos relacionados ao tema de integridade e anticorrupção. A empresa já implementou um canal para relatos e denúncias que está disponível em seu site e foi comunicado internamente no treinamento de lançamento de Sistema de Gestão de Compliance e materiais de divulgação interno. As medidas de implementação do Sistema de Gestão de Compliance da Âmbar bem como o cronograma de suas execuções continuam em sintonia com as disposições do Acordo de Leniência, conforme certificou expressamente o MPF através de Certidão 567/2018, emitida em 26 de janeiro, Certidão 703/2018, emitida em 31 de janeiro, Certidão 6611/2018 emitida em 16 de agosto de 2018 e Certidão 11931/2018 emitida em 27 de novembro de 2018.

Diante desse cenário, as investigações no grupo J&F estão em curso até a presente data e estão cumprindo com as obrigações assumidas no Acordo. Ressalta que a Âmbar Energia Ltda. e suas subsidiárias não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, e o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Informações relacionadas ao andamento das investigações internas na Âmbar

Em decorrência dos acontecimentos, a administração da Âmbar Energia Ltda, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou em 21 de novembro de 2017 o escritório de advocacia independente Campos Mello Advogados que, juntamente com os especialistas em perícia forense, FTI Consulting Brasil (“Assessores Legais”), iniciaram uma investigação interna relacionada aos eventos delatados por seu acionista, visando a constatar eventuais repercussões dos fatos mencionados no Acordo em relação a Âmbar ou se alguns dos membros da administração ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros estiveram envolvidos nos atos mencionados.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Leniência, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente (“Comitê”) para supervisionar a investigação interna em suas controladas e coligadas, com o objetivo de identificar a participação de seus colaboradores em atos que não tenham sido revelados na colaboração premiada efetuada por seus executivos e ex-executivos. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê de Supervisão Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação, neste contexto, o relatório de status do andamento das investigações internas, apresentado a esse Comitê e por ele aprovado sem ressalvas.

A referida investigação realizada pelos Assessores Legais tem como objetivo verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no referido Acordo de Leniência. Adicionalmente, eventuais novos fatos ocorridos na Âmbar.. Como resultado desta investigação, os Assessores Legais concluíram que até o presente momento não foram identificadas evidências de que a Âmbar, sua atual administração ou qualquer de seus empregados atuais se envolveram em atividades de corrupção, nem tampouco a necessidade de ajustes relevantes nestas demonstrações financeiras.

A investigação interna foi conduzida com base em um plano de investigação elaborado pelo Campos Mello Advogados, contendo breve histórico do caso, o objeto da investigação, medidas investigativas e cronograma de trabalho.

A investigação interna realizada na Âmbar Energia Ltda. foi concluída e apresentada ao Comitê de Supervisão Independente e ao Ministério Público Federal em 13 de setembro de 2018. Adicionalmente ratificamos que o resultado da investigação interna confirmou não ter havido qualquer envolvimento dos executivos e colaboradores da Âmbar Energia nos atos ilícitos que constituem objeto do Acordo de Leniência.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

1.3. Informações gerais sobre a resolução antecipada do contrato da Petrobras

Em 7 de junho de 2017 a ÂmbAr, recebeu notificação extrajudicial da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, fornecedora de gás natural, em relação a resolução unilateral do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado em 13 de abril de 2017 entre a Petrobras e a Sociedade para atendimento à Usina Termelétrica Mario Covas (“UTE Cuiabá”), diante das informações de que os executivos da J&F Investimentos, controladora da notificada, ofereceram a agente público pagamento indevido e vedado legalmente, a fim de que intercedesse junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em favor da Sociedade em assunto referente ao objeto do Contrato. A Empresa, através da sua assessoria jurídica, tomou como medida, em 10 de agosto de 2017, o ingresso de processo de “requerimento de arbitragem”, junto a Câmara de Comércio Internacional (“CCI”), buscando dirimir as questões controversas em relação ao contrato, bem como alegando a ilicitude da resolução unilateral pela Petrobrás, e o indébito de valores requeridos a título de indenização.

A assessoria jurídica classifica como “possível” a probabilidade de êxito da ação.

1.4. Principais investimentos e atividades

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais, as atividades de suas controladas. A seguir segue quadro resumo dos principais investimentos e atividades:

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	Estado/ País	Participação	% 2018
Gasorienta Boliviano (GOB)	Operação de transporte de gás natural através do gasoduto Brasil/Bolívia.	1	Bolívia	Direta	99%
Gasocidente Matogrosso Ltda. (GOM)	Operação de instalação de Transporte de Gás Natural	1	MT	Direta	99%
Fundo de Investimento em Participações Multestratégia Milão (FIP MILÃO)	Fundo de investimento em ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações das investidas com foco no setor de energia.	1	SP	Direta	99%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados (FDIC NP Ceres)	Fundo de investimento em renda fixa e créditos performados decorrentes da geração e comercialização de energia elétrica.	1	SP	Direta	2,66%

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Transmissoras: - São João Transmissora de Energia S.A (SJT) - São Pedro Transmissora de Energia S.A (SPT)	Implantação e exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.	2	SP	Direta	2,08% 1,97%
Âmbar Comercializadora de Energia Ltda	Comercialização de energia elétrica	1	SP	Direta	99,99%

1.5. Acordo de compra e venda do controle acionário das controladas São Pedro e São João.

Em 17 de dezembro de 2018 foi assinado entre a controladora Âmbar Energia Ltda, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão e a compradora Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA o acordo de compra e venda (Share Purchase Agreement – SPA) de 100% das ações representativas do capital total e votante. A consumação da referida venda está sujeita a cumprimento de condições precedentes usuais para a operação.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

A elaboração das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Empresa e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa e suas controladas.

A seguir as principais práticas contábeis, a fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2019.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

As Controladas classificaram seu ativo da concessão como ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Trimestralmente, à medida que as Controladas operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Empresa realizou aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis de vida útil definida. As regras contábeis vigentes não permitem que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura seja amortizado, entretanto, ele deve ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente. A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

É testado anualmente o valor recuperável de seus ativos, ou sempre que haja eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Este processo envolve a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Não há indícios de que deva existir uma mudança material nas atuais estimativas ou dos fluxos estimados que possam expor a Empresa a perda de valor recuperável material.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6. Imposto de renda e contribuição social - diferido e corrente

A Empresa e suas controladas sobre regime do lucro real, reconhecem os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Já as controladas sobre regime do lucro presumido, reconhecem a presunção de 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No consolidado, o Imposto de Renda é estimado em conformidade com os regulamentos das jurisdições brasileira e boliviana, onde conduzimos nossos negócios.

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não foram reconhecidos uma vez que a Administração não consegue determinar com segurança que a realização seja provável. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

3.7. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Empresa e suas controladas estão sujeitas a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.8. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Conversão de moeda estrangeira

- Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

- Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R\$) são convertidos conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio;
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente e na mutação do patrimônio líquido.

3.10. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

3.11. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Empresa e de suas controladas. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Empresa. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Os investimentos em controladas, coligadas e outras que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum devem ser avaliados por equivalência patrimonial

Adotamos como prática, utilizar a equivalência patrimonial no FIP seguindo orientação do CPC 18: "As demonstrações contábeis do investidor devem ser elaboradas utilizando práticas contábeis uniformes para eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes."

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo:

- i) o montante a ser descontado;
- ii) as datas de realização e liquidação; e
- iii) a taxa de desconto.

3.13. Normas e interpretações novas e revisadas

- a) Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2018, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em períodos anteriores:
 - **IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros** - a norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge;

- **IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes** - a norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Fundamentalmente com impacto na avaliação da condição do contrato de concessão mencionado anteriormente, em que o objetivo do investimento de infraestrutura é para a operação e recebimento do recurso investido ao longo do contrato, até a sua disponibilização ao poder concedente, que detém o controle do ativo em si. Nesse sentido, entende-se que o ativo de contrato de construção e em operação, simplificada e ativo contratual na apresentação das demonstrações contábeis, mantendo a sua atualização de acordo com as condições contratuais existentes ao longo do contrato de concessão.

b) Norma emitida, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:

 - **IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil:** Estabelece o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019) e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme único modelo, similar a contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de atividades de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. A companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não há impactos significativos nas demonstrações contábeis;
 - **ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda:** essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e no momento não vislumbra impactos significativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem, basicamente, em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 96% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	119	33	1.242	15.287
Aplicações financeiras - CDB	2.494	798	2.494	12.126
	2.613	831	3.736	27.413

5. Contas a receber

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Empresa e da suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. Os montantes a receber das concessionárias e permissionárias referem-se a parcela da receita anual permitida (RAP) faturada mensalmente conforme determinação da ONS – Operador Nacional do Sistema.

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
A vencer				
Clientes nacionais	-	46.307	200	52.380
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	10.202
Vencidos				
Clientes nacionais	1.860	1.860	1.862	1.860
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	470
	1.860	48.167	2.062	64.912

Abaixo a composição das contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Duplicatas a vencer	-	46.307	200	62.582
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	-	-	-	263
De 31 a 60 dias	-	-	-	1
Acima de 90 dias	1.860	1.860	1.862	2.066
	1.860	48.167	2.062	64.912

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

6. Almojarifado

Composto principalmente por peças de reposição utilizadas para manutenção das turbinas da Usina.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Almojarifado	17.310	16.618	17.326	16.633
	17.310	16.618	17.326	16.633

7. Outros ativos destinados à venda

Valor referente a bens sobressalentes das controladas São João Transmissora S.A. e São Pedro Transmissora S.A., transferidos para o almojarifado no momento da entrada em operação das controladas. Este saldo não foi considerado como ativo contratual, por ter em sua composição itens de acomodação, estruturas temporárias de administração e itens de linha branca que não fazem parte da construção, portanto não pertenciam à concessão e às Companhias. Após a conclusão das obras, as Companhias destinaram-nos à venda.

	Consolidado
	31.12.2017
Outros ativos destinados à venda*	8.443
	8.443

Os estoques das controladas SJT e SPT foram submetidos a exames por parte de uma consultoria externa, cujo objetivo foi a realização de inventário físico de estoque e sobressalente de Linha de transmissão (LT) e Subestação (SE) através da contagem cega dos itens armazenados. Foi inventariada a SE Bom Jesus II (SJT), SE's Barreiras I e II, SE Bom Jesus II e SE Rio Grande II.

*Os valores de 2018 encontram-se zerados, devido à reclassificação dos saldos para o "Ativos mantidos para venda".

8. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ICMS e equivalentes (IVA / VAT/ GST)	6.501	6.501	6.876	6.605
PIS e COFINS	1.056	4.827	1.148	4.892
CSLL a recuperar	3.164	-	3.164	-
IRRF/IRPJ a recuperar	7.670	14.616	7.719	15.498
Outros	13	1.238	14	1.241
	18.404	27.182	18.921	28.236
Circulante	11.903	27.182	12.420	28.236
Não circulante	6.501	-	6.501	-
	18.404	27.182	18.921	28.236

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- **ICMS:** R\$ 6.876 refere-se ao Imposto sobre Circularização de Mercadoria e Prestações de Serviços, incidente na compra do gás no período de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016.
- **PIS e COFINS:** R\$ 1.148 refere-se a R\$ 335 relativo a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, incidente sobre as aquisições de bens e serviços utilizados como insumos, energia elétrica, gás natural, aluguéis e outros permitidos pela legislação, utilizados na geração de produto vendido e R\$ 813 relativo a retenções do cliente Furnas, as quais foram solicitadas restituições da RFB, apurados na Âmbar e GOM.
- **CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** R\$ 3.164 refere-se a Saldo Negativo de CSLL a recuperar, gerado na apuração por estimativa de impostos pagos em 2017 por antecipações.
- **IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica:** R\$ 7.719 refere-se a Saldo Negativo de IRPJ a recuperar, sendo R\$ 7.670 saldo da controladora e R\$ 49 da controlada GOM, gerado na apuração por estimativa de impostos pagos em 2017 por antecipações.

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Empresa e suas controladas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes. Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas:

	Vencimento	Controladora					
		Ativo		Passivo		Efeito no resultado	
		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
J&F (a)	15.06.2020	113.183	263.635	-	-	-	-
FDIC NP Ceres (b)		-	-	(275.670)	(280.670)	-	-
GOM (c)	15.12.2020	-	-	(85.127)	(87.560)	-	-
SJT (d)		-	-	(930)	(930)	-	-
SPT (d)		-	-	(930)	(930)	-	-
Âmbar							
Comercializadora (e)		-	-	(984)	-	-	-
Futura Venture Capital		12	2	-	-	-	-
		<u>113.195</u>	<u>263.637</u>	<u>(363.641)</u>	<u>(370.090)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Vencimento	Consolidado					
		Ativo		Passivo		Efeito no resultado	
		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
J&F (a)	15.06.2020	111.324	263.635	-	-	-	-
FDIC NP Ceres (b)		-	-	(491.954)	(498.813)	-	-
Futura Venture Capital		12	2	-	-	-	-
		<u>111.336</u>	<u>263.637</u>	<u>(491.954)</u>	<u>(498.813)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- (a) Em 15 de junho 2016 foi celebrado um contrato de conta corrente entre Âmbar e J&F Investimentos S.A no valor de R\$ 140.000 por um período de 24 meses sem geração de juros, sendo prorrogado automaticamente, por prazos iguais e sucessivos, caso nenhuma das partes comunique a outra sobre o término do contrato. Em 11 de maio de 2017, foi firmado o primeiro termo aditivo de conta corrente entre J&F Investimentos S.A. e esta Empresa, onde as partes decidem majorar o termo para R\$ 500.000. Em 28 de março de 2018 mediante a 53ª ACS – Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmbar deliberaram a redução do capital da Âmbar em R\$ 197.467 por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. Essa redução ocorreu com absorção do saldo presente em contrato de conta corrente existente entre as partes.
- (b) Em 28 de maio 2015, com a transação do Grupo AEI e J&F Investimentos S.A, o principal dos empréstimos com as controladoras foi capitalizado e os juros cedidos ao FDIC NP Ceres. Esses empréstimos foram tratados com as partes relacionadas AEI Luxembourg Holdings S.à.r.l. e EPE Holdings Ltda. que representavam obrigações denominadas em dólares norte-americanos, registradas no Banco Central do Brasil - BACEN.
Com base no contrato de concessão assinado no exercício de 2017, o fluxo de pagamentos prevê amortização deste exercício no montante de R\$ 5.000.000, que foi efetuado em 07 de dezembro de 2018.
- (c) Montante composto principalmente por R\$ 66.167 relativos aos créditos tributários cedidos pela GOM à JBS com vencimento em 01 de maio de 2018, sendo prorrogado automaticamente, por prazos iguais e sucessivos, caso nenhuma das partes comunique a outra sobre o término do contrato datado de 01 de maio de 2017 e R\$ 11.678 referente ao empréstimo obtido com a GOM com vencimento em 15 de dezembro de 2020. Esta dívida era atualizada pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,5% ao ano, com vencimento em 9 de abril de 2018. Após acordo em 30 de setembro de 2015, os juros foram zerados.
- (d) Foi assinado um contrato de cessão onerosa de direitos e obrigações com a Empresa, onde suas controladas São João Transmissora de Energia S.A (SJT) e São Pedro Transmissora de Energia S.A. (SPT) passam a ter o direito de receber de sua parte relacionada, fração do valor que detinha de crédito perante a Mavi Engenharia e Construção Ltda. A Empresa, firmou, por sua vez, junto à construtora, o contrato de locação de equipamentos, que prevê o pagamento integral do preço mediante utilização de parte do crédito habilitado em recuperação judicial do Grupo Bipar no montante de R\$ 1.860, sendo 50% devido a cada transmissora.
- (e) Foi celebrado o contrato de conta corrente entre Âmbar Comercializadora e esta Empresa, no qual uma das partes possui o direito de solicitar recursos a outra parte, limitado a R\$ 10.000.000. Este contrato suporta o valor que ora prevê o pagamento de R\$ 984 para a Âmbar Comercializadora.

10. Ativo contratual da concessão

As controladas São João Transmissora de Energia S.A. (SJT) e São Pedro Transmissora de Energia S.A. (SPT) possuem contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, datado de 1 de agosto de 2013 e 9 de outubro de 2013, respectivamente, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo prazo de 30 anos a contar da assinatura de cada um dos contratos. As controladas reconheceram um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente.

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão das controladas é, ou será recuperada através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2018:

	São Pedro Transmissora	São João Transmissora	Saldo em 31.12.2018
	611.382	534.700	1.146.082
Adições (Receita de construção) (a)	15.692	13.448	29.140
Adições (Receita de Operação e Manutenção) (b)	4.307	6.733	11.040
Baixas (c)	(46.220)	(51.129)	(97.349)
Juros e atualização financeira (d)	27.796	34.216	62.012
Recebimentos através de RAP (e)	(30.357)	(47.959)	(78.316)
Transferência ativos mantidos para venda*	(582.600)	(490.009)	(1.072.609)
Saldo final	-	-	-
TRAF (f)	0,69%a.a.	1,57%a.a.	

*Os valores de 2018 foram reclassificados para o "Ativos mantidos para venda".

(a) Valor a receber referente aos investimentos realizados para a implementação de infraestrutura, reforço e melhorias das instalações de energia elétrica conforme contrato de concessão 015/2013-ANEEL da SPT e o contrato de concessão 08/2013-ANEEL da SJT. Neste valor constam serviços e materiais.

(b) As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período o qual os serviços são prestados pelas controladas SJT e SPT.

(c) A Administração das Companhias São João e São Pedro julgou que havia necessidade de revisão nos cálculos do ativo da concessão e efetuou análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Essa mudança de estimativa contábil, resultou em baixa de R\$ 98 milhões e que foram baseadas nas premissas a seguir:

- RAP sem *Gross up* de PIS e Cofins e conforme AVC mensal;
- TIR Fixa no período de construção baseada no BID;
- Percentual de O&M conforme projeções futuras;
- TIR variável no período de O&M;
- Receita de construção sem *Gross up* e conciliado com o relatório do imobilizado;
- Ativo segregado entre "Concessão" e "Reforço", controlado separadamente;
- Valor indenizável estimado conforme vida útil dos bens unitizados.

(d) A Receita de remuneração dos ativos da concessão é o resultado da multiplicação do saldo do ativo contratual pela TRAF acrescida do IPCA e a correção monetária é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários.

(e) Refere-se à parcela do faturamento da receita anual permitida (RAP).

(f) Refere-se à taxa real de remuneração do ativo contratual da concessão - TRAF. No início da concessão, a TRAF é estimada pela Controladora por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção. Após a entrada em operação comercial a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Quando do término dos contratos de concessão, as Controladas consideram que o valor da indenização a que terão direito deverá corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Após a implantação da infraestrutura constante dos Contratos de Concessão, a contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação de infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço daquela existente e que represente potencial de geração de receita adicional.

Em dezembro de 2016 houve a unitização do ativo imobilizado da São João Transmissoras S.A., que consiste em cadastrar fisicamente todos os bens da Controladora segundo a Resolução Normativa nº 367/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), levando-se em conta principalmente os Tipos de Unidades de Cadastro (TUCs), as Unidades de Adições e Retiradas (UARs) e os demais atributos, e apropriá-los devido os lançamentos contábeis. Este controle atende as demonstrações contábeis regulatórias.

Em setembro de 2017 houve uma unitização parcial do ativo imobilizado referente ao lote C da SPT, retroativa a junho de 2017, data esta que deu início ao seu faturamento e recebimento da RAP em julho de 2017. Em abril de 2018 houve mais uma unitização retroativa do trecho que faltava ser unitizado do ativo imobilizado referente as demais instalações que entraram em operação comercial a partir de 22 de fevereiro de 2018 e em dezembro de 2018 houve a unitização dos montantes referente reforços. Assim como citado na Controlada SJT, este controle atende as demonstrações contábeis regulatórias.

11. Outros ativos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamento a fornecedores (a)	6.501	5.589	6.501	5.589
Carta Fiança	1.704	109	1.704	109
Adiantamento de pessoal	7	16	17	33
Seguros e aluguéis	178	1.496	481	3.623
Outros adiantamentos (b)	47.193	47.485	47.226	54.681
Outros créditos a receber (c)	1.322	233	1.35	15.724
	56.905	54.928	57.283	79.759
Ativo circulante	8.971	27.471	9.349	36.838
Ativo não circulante	47.934	27.457	47.934	42.921
	56.905	54.928	57.283	79.759

(a) O montante de R\$ 6.501 refere-se a adiantamentos realizados ao fornecedor Siemens Energy Inc, pelas importações de peças para manutenção de turbinas do ativo imobilizado da Empresa. A expectativa para baixa desse montante está prevista para a próxima manutenção que está atrelada a geração da usina.

(b) A Empresa possui registro em 31 de dezembro de 2018 na rubrica “outros adiantamentos” no consolidado, o montante de R\$ 47.226 composto principalmente por:

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- Adiantamento a fornecedores de R\$ 44.647 referente a antecipação de compra de gás natural, que está relacionado ao “Contrato firme inflexível de compra e venda de gás natural” firmado em abril de 2017 entre a Âmbar e a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A, com vigência até 31 de dezembro de 2017. Cabe mencionar que, como não havia garantias reais e financeiras do contrato, a Empresa antecipava o pagamento do fornecimento de gás à Petrobras referente a 10 dias de suprimento. O contrato prevê as seguintes condições:

a) quantidade diária contratual (QDC) que é de 2.100.000 m³/dia de gás natural;

b) a compradora obriga-se a adquirir e retirar a cada mês, e mesmo que não retire pagar 70% da QDC (*take or pay*) entre outras cláusulas. Entretanto, em 15 de junho de 2017 o fornecimento de gás foi interrompido pela Petrobras com base na suspensão contratual e o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", ficando o montante de R\$ 19.399 como antecipação de compra de gás natural e R\$ 25.249 como *take or pay* em aberto. Vide nota explicativa nº 1.3.

- Gastos com estudos elaborados para atendimento ao chamamento público 01/2013 SES de R\$ 1.976, que consiste em estudos técnicos e modelagem de projetos de Parceria Público Privada (PPP) com a prefeitura de São Paulo, com o objetivo de modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura de rede de iluminação pública do município de São Paulo. Os vencedores da licitação terão seus custos de elaboração do projeto ressarcidos nos termos do chamamento público.
- R\$ 603 refere-se a adiantamento a diversos fornecedores nacionais e internacionais.

(c) Outros créditos a receber o saldo de R\$ 1.354 composto por:

- Âmbar: R\$ 1.322 composto por NFs aplicadas ao projeto de Pesquisa e Desenvolvimento.
- GOB: R\$ 11 refere-se a depósito garantia e R\$ 21 e crédito a receber da Acciones Telefônica.

12. Investimentos

Informações relevantes sobre investimentos no período de 31 de dezembro de 2018.

	Total de ativos	% de Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Gasocidente do Mato Grosso do Sul Ltda. (GOM)	249.217	99%	411.411	20.404	5.193
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP)	1.184.147	99%	964.163	1.184.027	(110.729)
São João Transmissora de Energia S.A (SJT)	505.961	2%	267.481	347.196	(30.700)
São Pedro Transmissora de Energia S.A (SPT)	612.488	2%	376.039	492.584	(28.380)
Fundo de Investimento em Direitos Não Padronizados Ceres (FIDC)	493.812	3%	(386)	493.778	(265)
Gasorient Bolíviano Ltda. (GOB)	53.252	99%	296.386	(167.837)	(1.786)

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

As empresas abaixo possuem participações direta e indireta:

	<u>Controle direto</u>	<u>Controle Indireto</u>
São João Transmissora de Energia S.A - SJT	2,08%	97,92%
São Pedro Transmissora de Energia S.A - SPT	1,97%	98,03%

Na controladora:

Saldo em 31.12.17	Reclas- sificação	Realiz. Menos Valia	Transf. ativos mantidos para venda (a)	Adição (Baixa)	Trans. de Capital	Equivalência Patrimonial			Saldo em 31.12.18	
						Dividendos	No PL	No Resulta do		
Investimentos (controladas e coligadas)										
Âmbar C.	-	-	-	1.000	-	-	-	(6)	994	
FIP	1.282.162	-	(1.265.460)	(44)	-	(3.882)	-	(4.895)	7.881	
FIDC	13.267	-	-	(133)	-	-	-	(9)	13.125	
SJT	8.466	-	(7.860)	10	-	(616)	-	-	-	
SPT	9.916	-	(10.263)	426	-	(79)	-	-	-	
GOB	(103.804)	(1.481)	-	5.630	(116)	-	(20.415)	(1.786)	(121.972)	
GOM	25.294	-	-	-	-	-	-	4.777	30.071	
	1.235.301	(1.481)	-	(1.283.583)	6.889	(116)	(4.577)	(20.415)	(1.919)	(69.901)
Menos valia										
GOB	(42.533)	1.481	-	-	-	-	(4.812)	-	(45.864)	
GOM	(10.235)	-	365	-	-	-	-	-	(9.870)	
	(52.768)	1.481	365	-	-	-	(4.812)	-	(55.734)	
Ágio em controladas										
GOB	232.643	-	-	-	-	-	40.391	-	273.034	
Âmbar E.	244.897	-	-	-	-	-	-	-	244.897	
GOM	154.882	-	-	-	-	-	-	-	154.882	
	632.422	-	-	-	-	-	40.391	-	672.813	
Total	1.814.955	-	365	(1.283.583)	6.889	(116)	(4.577)	15.164	(1.919)	547.178
GOM	10.235	-	-	-	-	-	-	-	9.870	
GOB	146.337	-	-	-	-	-	-	-	167.836	
	1.971.527	-	-	-	-	-	-	-	724.884	

(a) Vide nota explicativa n° 13

No consolidado:

	Saldo em 31.12.17	Adição (Baixa)	Transf. ativos mantidos para venda (a)	Dividendos	Equivalência Patrimonial no Resultado	Saldo em 31.12.2018
FIP	403.189	272	(391.894)	-	(3.701)	7.866
FIDC	13.267	(4)	-	(129)	(9)	13.125
	416.456	268	(391.894)	(129)	(3.710)	20.991

(a) Vide nota explicativa n° 13

12.1 Incorporação

Em 02 de janeiro de 2017 houve a incorporação da Âmbar Participações Ltda. (Empresa Holding Nacional de Direto Privado) que era controlada pela J&F Investimentos S.A e tinha como objetivo investir nos setores de infraestrutura e energia. Em dezembro de 2012 adquiriu 99% das cotas do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão) administrado pela IDL Trust e gerenciado pela REAG Investimentos.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, observada a Política de Investimento definida no Regulamento desta controlada, por meio de investimentos na aquisição direta de ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas, de forma que o Fundo venha a participar do processo decisório de suas Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

12.2 Suas investidas compreendem:

a) SJT - São João Transmissora de Energia S.A.:

A São João Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 10 de junho de 2013 e está estabelecida desde 14 de agosto de 2017, na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, bloco I 1º andar B sala 01. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social a construção, operação e a manutenção das Instalações de Transmissão de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, decorrente do Contrato de Concessão do Lote A do Leilão nº 001/2013 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e suas respectivas Instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Recebeu da ANEEL, o Despacho nº 2.001, de 10 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017 – cancelando o termo de liberação parcial emitido em 31 de agosto de 2016 pelo Operador Nacional do Sistema e que nos habilitava o recebimento da receita desde então. A ANEEL alega que, após fiscalização das instalações ocorridas após 31 de agosto de 2016, atestou que as mesmas não estavam finalizadas. O principal argumento da SJT é que foi impedida de energizar as linhas de transmissão e executar as obras na forma originalmente avençada no contrato de concessão em virtude do inadimplemento da transmissora do Grupo Abengoa, que deveria construir determinadas linhas de transmissão e subestações em áreas vizinhas da Companhia (“Fator Abengoa”).

A liberação da RAP já havia sido aprovada pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, e reconheceu que o inadimplemento das transmissoras do Grupo Abengoa configura um impeditivo de terceiros para energização das linhas de transmissão desta Companhia. A revogação da RAP está embasada em um relatório de fiscalização da ANEEL, que apontou determinadas inconformidades técnicas nas instalações de transmissão da controlada.

A controlada construiu integralmente as linhas de transmissão e subestações, tal como previsto no contrato de concessão, sendo que determinados itens do escopo desta Companhia relacionados à conexão ao sistema elétrico não puderam ser executados em razão do Fator Abengoa.

A controlada apresentou um Recurso Administrativo perante a ANEEL contra a decisão que revogou as RAPs, ainda pendente de julgamento. Tais RAPs não recebidas serão objeto de pleito perante o órgão regulador.

Em razão da publicação da Portaria MME nº 373, de 19 de setembro de 2017, na qual é decretada a caducidade das concessões do grupo Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., que impactavam diretamente no Contrato de Concessão da controlada, torna possível a execução de reforços que permitem a energização das instalações da controlada, havendo portanto, mesmo sem deliberação prévia da ANEEL sobre o Recurso Administrativo contra a decisão do Despacho nº 2001/2017, o retorno da RAP ainda no primeiro trimestre de 2018.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Em 31 de outubro de 2017, a ANEEL emitiu através do Despacho nº 3.700, a anulação do Despacho nº 2.001, de 2017, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, para que somente após ocorrida a manifestação prévia da requerente, seja proferida nova decisão pela ANEEL.

Em virtude do ato legislativo ANEEL – Despacho nº 3700/2017, a Companhia retornou em novembro de 2017, com a Apuração Mensal de Serviços e Encargos – AMSE, incluindo no Aviso de Crédito (AVC) deste mês, todos os valores retroativos de 1 de julho a 31 de outubro de 2017.

O órgão regulador ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 6.260, de 28 de março de 2017 que autoriza a controlada SJT a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade bem como estabelece o valor correspondente da parcela da Receita Atual Permitida - RAP.

Em maio de 2018 a controlada SJT concluiu as obras de adequações da SE São João do Piauí originárias do Grupo ABENGOA autorizadas através da Resolução Autorizativa nº 6.260 de 28 de março de 2017, 12 de julho de 2018 é a data que ONS reconheceu como início da operação comercial das instalações objeto da referida autorização, reconhecendo a RAP associada à controlada SJT, conforme TLP indicado abaixo:

- **TLPONS/55/8/2018** – MG SÃO JOÃO DO PIAUÍ / CCO-2013-008 - RB

Em agosto de 2018, as adequações na SE Gilbués II foram concluídas possibilitando a integração das instalações da São João Transmissora de Energia S.A. naquele terminal. Após essa data a Controlada aguardou o término das atividades do agente ENEL GREEN POWER na SE São João do Piauí para energizar suas instalações.

Em 22 de dezembro de 2018, a Controlada energizou as instalações objeto do Contrato de Concessão nº 008/2013 e até a presente data aguarda a formalização por parte do ONS.

Em 26 de dezembro de 2018, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3.074, o deslocamento do cronograma das instalações autorizadas na Resolução Autorizativa nº 6.260/2017 à São João Transmissora de Energia S.A., com nova data de entrega das instalações para 19 de abril de 2018. Tais instalações eram originárias de concessões do Grupo ABENGOA.

b) SPT - São Pedro Transmissora de Energia S.A.:

A São Pedro Transmissora de Energia S.A. (“SPT” ou “Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 06 de agosto de 2013 e está estabelecida desde 14 de agosto de 2017, na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, bloco I 1º andar B sala 01. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social a exploração de concessão de serviço público de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O órgão regulador ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 6.266, de 04 de abril de 2017, que autoriza a controlada SPT a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade bem como estabelece o valor correspondente da parcela da Receita Atual Permitida - RAP.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em R\$ 42.359 (quarenta e dois milhões e trezentos e cinquenta e nove mil) ciclo 2018/2019 de acordo com a Resolução Homologatória no. 2.408/2018 de 26/06/2018. A RAP será corrigida anualmente, pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir do início da operação comercial.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Controlada SPT entende, que ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

c) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão):

O Fundo de investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão), possui investimento nas seguintes Companhias:

Investidas	Participação
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT) (a)	51,00%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB) (b)	51,00%
São João Transmissora S.A.	97,92%
São Pedro Transmissora S.A.	98,03%
Bom Jesus Eólica S.A. (c)	50,99%
Cachoeira Eólica S.A. (c)	50,99%
Pitumbu Eólica S.A. (c)	50,99%
São Caetano Eólica S.A. (c)	50,99%
São Caetano I Eólica S.A. (c)	50,99%
São Galvão Eólica S.A. (c)	50,99%
Carnaúba I Eólica S.A. (c)	50,98%
Carnaúba II Eólica S.A. (c)	50,99%
Carnaúba III Eólica S.A. (c)	50,98%
Carnaúba V Eólica S.A. (c)	50,99%
Cervantes I Eólica S.A. (c)	50,98%
Cervantes II Eólica S.A. (c)	51,00%
Punaú I Eólica S.A. (c)	50,99%

(a) TMT – Triângulo Mineiro Transmissora S.A.:

A Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (“TMT” ou “Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 26 de novembro de 2012 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que tem por objeto social a implantação e exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(b) VSB – Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.:

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (“VSB” ou “Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 1º de agosto de 2013 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, Botafogo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica no Estado de Goiás e no Distrito Federal, relativas ao Lote B do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2013. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(c) Eólicas:

As Companhias eólicas: Bom Jesus Eólica S.A, Cachoeira Eólica S.A, Pitimbu Eólica S.A, São Caetano Eólica S.A, São Caetano I Eólica S.A, São Galvão Eólica S.A, Carnaúba I Eólica S.A, Carnaúba II Eólica S.A, Carnaúba III Eólica S.A, Carnaúba V Eólica S.A, Cervantes I Eólica S.A, Punaú Eólica S.A. foram originadas do Leilão Público nº 5/2013 (“Leilão”), realizado em 23 de agosto de 2013. Constituiu objeto deste leilão a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE) principal fornecedor dos empreendimentos, responsáveis pelos fornecimentos de aerogeradores, e a consequente rescisão dos contratos de fornecimentos, a Administração das Companhias eólicas tomou ações para readequações dos projetos.

Em 28 de agosto de 2017, as Companhias participaram do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL, com o apoio da Câmara de Compensação de Energia Elétrica (CCEE) em virtude do cenário de sobra de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN). Todavia, em que pese as Companhias eólicas terem se sagrado vencedoras no mecanismo, a homologação do resultado só ocorrerá em dezembro de 2017, conforme cronograma do edital.

Em 13 de setembro de 2017, as Companhias eólicas entregaram tempestivamente todos os documentos necessários para o processo de cadastramento nos leilões A-4 e A-6 de 2017 (Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2021 para o Leilão de Energia Nova “A-4” e em 1º de janeiro de 2023 para o Leilão de Energia Nova “A-6”), que tem previsão para ocorrer em dezembro do ano corrente. A documentação em questão está em processo de análise e a expectativa das controladas é de serem consideradas habilitadas tecnicamente para participação nos certames em questão.

Em 05 de dezembro de 2017 foram extintas as outorgas de autorização e rescindidos, sem aplicação de multa rescisória, os Contratos de Energia de Reserva – CER das empresas, em virtude da participação e vitória no Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva.

Após a descontratação da energia de reserva vendida em leilão e habilitação do projeto da Companhia nos próximos leilões de energia, a Administração continua a atuar na gestão dos ativos e recursos já investidos nos empreendimentos, bem como na avaliação das opções mais viáveis para uma resolução do atual quadro no qual as Companhias se encontram.

A Administração das Companhias entende que todas essas medidas visam a recuperação dos níveis de retorno do investimento, em um esforço para manter a SPE adequada à implementação de alternativas viáveis que permitam uma possível continuidade do processo de implantação do projeto.

Consequentemente, a continuidade operacional das eólicas depende do sucesso da avaliação das opções viáveis para uma resolução do atual quadro no qual as Companhias se encontram. As demonstrações contábeis das Companhias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não inclui nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de as Companhias continuarem operando.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

13. Ativos mantidos para venda

Em 17 de dezembro de 2018 foi assinado entre a controladora Âmbar Energia Ltda, Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão e a compradora Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA o acordo de compra e venda (Share Purchase Agreement – SPA) de 100% das ações representativas do capital total e votante.

As classes de ativos e passivos classificados como “ativos/passivos mantidos para venda que possuem saldo no balanço em 31 de dezembro de 2018 são:

	31/12/2018				
	Controladora	Consolidado			Total
São João		São Pedro	FIP ⁽¹⁾		
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.691	5.943	-	7.634
Contas a receber	-	4.747	8.429	-	13.176
Outros ativos destinados à venda	-	4.520	2.233	-	6.753
Tributos e contribuições a compensar	-	35	100	-	135
Ativo contatual da concessão	-	45.891	42.604	-	88.495
Outros ativos circulantes	-	260	297	-	557
	-	57.144	59.606	-	116.750
Ativo não circulante					
Ativo contatual da concessão	-	444.118	539.996	-	984.114
Partes relacionadas	-	930	930	-	1.860
Outros ativos não circulantes	-	3.725	11.843	-	15.568
Investimentos em controladas	1.181.230	-	-	351.344	351.344
Imobilizado	-	8	67	-	75
Intangível	-	36	46	-	82
	1.181.230	448.817	552.882	351.344	1.353.043
Total do ativo	1.181.230	505.961	612.488	351.344	1.469.793
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	147.572	25.672	-	173.244
Fornecedores	-	831	1.280	-	2.111
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	-	953	877	-	1.830
Outros passivos circulantes	-	1.590	314	-	1.904
	-	150.946	28.143	-	179.089
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	88.866	-	88.866
Provisão para riscos processuais e fiscais	-	7.819	2.895	-	10.714
	-	7.819	91.761	-	99.580
Total do passivo	-	158.765	119.904	-	278.669

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

O resultado das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são:

	31/12/2018					31/12/2017				
	Controladora	São João	São Pedro	FIP (1)	Total	Controladora	São João	São Pedro	FIP (1)	Total
Receita Operacional líquida	-	51.864	48.678	-	100.542	-	106.530	126.777	-	233.307
Custo operacionais	-	(17.369)	(22.289)	-	(39.658)	-	(6.652)	(28.177)	-	(34.829)
Lucro (prejuízo) bruto	-	34.495	26.389	-	60.884	-	99.878	98.600	-	198.478
Despesas administrativas e gerais	-	(6.505)	(4.596)	-	(11.101)	-	(7.793)	(2.499)	-	(10.292)
Outras receitas (despesas), líquidos	-	(51.129)	(46.220)	-	(97.349)	-	2.353	-	-	2.353
	-	(57.634)	(50.816)	-	(108.450)	-	(5.440)	(2.499)	-	(7.939)
Resultado operacional	-	(23.139)	(24.427)	-	(47.566)	-	94.438	96.101	-	190.539
Resultado financeiro										
Receita financeira	-	1.155	1.680	-	2.835	-	6.225	2.375	-	8.600
Despesa financeira	-	(6.254)	(4.913)	-	(11.167)	-	(7.140)	(1.704)	-	(8.844)
	-	(5.099)	(3.233)	-	(8.332)	-	(915)	671	-	(244)
Resultado de equivalência patrimonial	(102.043)	-	-	(43.274)	(43.274)	337.015	-	-	96.216	96.216
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(102.043)	(28.238)	(27.660)	(43.274)	(99.172)	337.015	93.523	96.772	96.216	286.511
IRPJ e CSLL corrente	-	(2.461)	(720)	-	(3.181)	-	(2.863)	(567)	-	(3.430)
IRPJ e CSLL diferido	-	-	-	-	-	-	28.497	25.437	-	53.934
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(102.043)	(30.699)	(28.380)	(43.274)	(102.353)	337.015	119.157	121.642	96.216	337.015

(1) O montante apresentado refere-se à participação do FIP nas Companhias TMT e VSB, na qual o FIP não detém o controle, entretanto as respectivas investidas foram destinadas a venda.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas empresas com ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2018 são:

	Total
Atividades Operacionais	63.042
Atividades de investimentos	(33.563)
Atividades de financiamento	(47.852)
	(18.373)

14. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de histórico de aquisição, formação ou construção, acrescido de juros e demais encargos financeiros durante a sua construção, deduzido de depreciação acumulada. Os bens do ativo imobilizado são avaliados, para fins de sua redução, quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os gastos são capitalizados apenas quando há aumento na vida útil-econômica do imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base a vida útil de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 na controladora é como segue:

Imobilizado	Taxa	Custo	Mais (Menos) Valia	Depreciação mais/(Menos) valia	DAC (*)	Líquido	
						31.12.18	31.12.17
Terra nua e terrenos	0%	2.299	46.720	-	-	49.019	49.019
Máquinas e equipamentos	10%	303.914	39.668	(8.692)	(248.274)	86.917	101.389
Instalações	4%	230.488	(1.927)	(410)	(176.708)	51.443	58.738
Equipamentos de informática	20%	2.702	-	-	(2.423)	279	342
Veículos e aeronaves	20%	324	-	-	(303)	20	40
Obras em andamento	0%	80	-	-	-	80	-
Outros	10%	20.793	-	-	(1.834)	18.960	18.970
		560.600	84.461	(9.102)	(429.542)	206.418	228.498

(*) Depreciação acumulada.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Movimentação do ativo imobilizado da controladora:

<u>Imobilizado</u>	<u>31.12.17</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31.12.18</u>
Terra nua e terrenos	49.019	-	-	-	-	49.019
Máquinas e equipamentos	101.389	-	-	-	(14.772)	86.617
Instalações	58.738	47	-	-	(7.342)	51.443
Equipamentos de informática	342	75	(20)	(14)	(104)	279
Veículos e aeronaves	40	-	(32)	32	(20)	20
Obras em andamento	-	80	-	-	-	80
Outros	18.970	-	-	14	(24)	18.960
	<u>228.498</u>	<u>202</u>	<u>(52)</u>	<u>32</u>	<u>(22.262)</u>	<u>206.418</u>

No consolidado:

<u>Imobilizado</u>	<u>Custo</u>	<u>Mais (Menos) valia</u>	<u>Depreciação Mais (Menos) Valia</u>	<u>DAC (*)</u>	<u>Impairment</u>	<u>Líquido</u>	
						<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
Terra nua e terrenos	5.266	46.720	-	-	(1.922)	50.064	50.045
Máquinas e equipamentos	308.092	39.669	(8.692)	(251.028)	-	88.041	103.174
Instalações	1.160.641	(84.225)	8.815	(674.320)	(308.127)	102.784	111.012
Equipamentos de informática	6.737	-	-	(5.991)	(2)	744	1.255
Veículos e aeronaves	1.830	-	-	(1.367)	(34)	429	641
Obras em andamento	310	-	-	-	-	310	-
Outros	51.412	-	-	(32.418)	(5)	18.989	19.179
	<u>1.534.289</u>	<u>2.164</u>	<u>123</u>	<u>(965.124)</u>	<u>(310.090)</u>	<u>261.361</u>	<u>285.306</u>

(*) Depreciação acumulada.

Movimentação do ativo imobilizado consolidado:

<u>Imobilizado</u>	<u>31.12.17</u>	<u>Transf. Ativos mantidsps para venda</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Impairment</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Var. Cambial</u>	<u>31.12.18</u>
Terra nua e terrenos	50.045	-	-	-	-	-	-	19	50.064
Máquinas e equipamentos	103.174	(385)	-	-	-	-	(14.980)	232	88.041
Instalações	111.012	-	490	-	-	19.837	(32.797)	4.242	102.784
Equipamentos de informática	1.255	-	120	(120)	(14)	1	(627)	129	744
Veículos e aeronaves	641	-	-	(32)	32	10	(284)	-	429
Outros	19.179	(176)	-	-	14	-	(30)	2	18.989
	<u>285.306</u>	<u>(561)</u>	<u>920</u>	<u>(152)</u>	<u>32</u>	<u>19.848</u>	<u>(48.718)</u>	<u>4.686</u>	<u>261.361</u>

15. Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, bem como pela expectativa de rentabilidade futura de investimentos em controladas. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos por softwares e ágio de investimentos em controladas.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Abaixo a composição do intangível:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Softwares	56	58	91	228
Ágio de investimentos em controladas (*)	-	-	672.813	632.422
	56	58	672.904	632.650

(*) conforme pronunciamentos contábeis, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o grupo dos ativos intangíveis.

Premissas para teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa), do projeto integrado Cuiabá que é composto pelas empresas Âmba Energia, a GOM e a GOB, onde a GOM e a GOB transportam o gás para a Âmba, que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa com data base em 31 de dezembro de 2016. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como operação com o gás extraordinário da Bolívia, despacho, custos e despesas, e taxas de desconto. A Administração projeta fluxos de caixa por um período de 10 anos. O valor terminal foi atribuído com base na média dos últimos três anos do fluxo de caixa para o restante de vida útil da empresa. A taxa de desconto utilizada foi de 14% baseada na taxa Risco Brasil de 13% + 1% de margem, tendo em vista que a empresa não possui financiamentos.

O teste de *impairment* foi efetuado em 31/12/2017 para o grupo de UGCs para os quais foram alocados e provisionou o montante total de R\$ 30.118, R\$ 26.669 da Âmba e R\$ 3.448 da GOM. Em 31/12/2018, a Empresa efetuou o novo cálculo com a seguintes premissas:

- Âmba assume o Preço do PLD conforme informado pela CCEE como base para ser despachado.
- Fornecimento de Gás à Âmba conforme contrato vigente com a YPFB - USD 7,05/MMBTU (USD 7,05 + transporte até a fronteira, reporte de preços 01.12.2018 - Preço GSA e ENARSA.)
- GOM contratada através de um GTA interrompível com um volume de 2,2 MMm³ / dia ao preço atual e a partir de 2019 com a tarifa de R\$2,34/MMBTU.
- GOB contratada através de um GTA interrompível pela YPFB com o com a tarifa vigente.
- YPFB é o único exportador na Bolívia.
- Fornecimento de Gás:
Custo de Gás: 2019 USD 7,05/MMBTU) YPFB e Âmba.
- PLD:
2019:R\$350,00/MWh
2020:R\$350,00/MWh + reajuste
- Despacho:
4 meses ao ano em 2019

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

6 meses ao ano em 2020 em diante.

- Indicadores Macroeconômicos:
Taxa Cambial 2019: R\$ 3,78
IPCA 2019: 3,60%
IGPM 2019: 3,60%

Os valores terminais estimados no cenário acima também foram considerados nos fluxos de caixa utilizados para o teste de recuperabilidade. Estes valores finais foram determinados usando fluxos de caixa até 2030.

A base do Ativo Fixo para cada empresa conforme os livros da J&F é de:

- Âmbar - R\$ 471.000
- GOM - R\$ 179.000
- GOB - R\$ 303.000
- Total - R\$ 934.000

O fluxo de caixa deste cenário foi de R\$ 2.103.700, o que é superior ao Ativo Imobilizado.

Valor justo - Na etapa dois do teste de *impairment*, a Companhia estimou o valor justo do projeto integrado de acordo com o CPC 01, considerando o caso acima. As técnicas de valor presente foram aplicadas a esse fluxo de caixa. Considerando este cenário, foi determinado um valor justo estimado de R\$ 937.000 (incluindo caixa inicial R\$101.000).

Na determinação do valor presente do fluxo de caixa, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 11,28% (LTN2025: 8,78% + risco 2,50%)

Considerando que o teste resultou em um valor justo de R\$937.000, o que não representa um excesso sobre o valor contábil, a Empresa não registrou ajuste em seus registros contábeis.

Movimentação do ágio:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	399.779	399.779
Aquisições em combinações de negócios	229.158	229.158
Variação Cambial	3.499	3.499
Saldo em 30 de junho de 2017	632.436	632.436
Variação cambial	(14)	(14)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	632.422	632.422
Variação Cambial	40.391	40.391
Saldo em 31 de dezembro de 2018	672.813	672.813

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

UGC – Unidade Geradora de Caixa:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Ágio Gasoriente Boliviano (GOB)	273.034	232.643
Ágio Âmbar Energia Ltda	244.897	244.897
Ágio Gasocidente de Mato Grosso (GOM)	154.882	154.882
	672.813	632.422

Movimentação do intangível no consolidado:

	31.12.17	Transf. ativos mantidos para venda	Transf.	Adições/ (baixas)	Varição cambial	Amortização	31.12.18
Softwares	228	(135)	26	8	-	(36)	91
Ágio	632.422	-	-	-	40.391	-	672.813
	632.650	(135)	26	8	40.391	(36)	672.904

16. Empréstimos e financiamentos

Demonstramos abaixo a composição dos empréstimos:

Modalidade	Controlada	Taxa Média Anual	Indexador	Vencimento	31.12.18	31.12.17
Em moeda Nacional						
FINISA – Equipamentos	SJT	3,50%	Tabela Price	60 meses	159.612	188.322
FINISA – Equipamentos	SPT	3,50%	Tabela Price	60 meses	132.227	146.318
FINISA – Infraestrutura	SPT	11,10%	CDI	83 meses	8.199	8.948
Aplicação financeira vinculada	SJT	(a)	CDI	(a)	(12.040)	(29.028)
Aplicação financeira vinculada	SPT	(b)	CDI	(b)	(25.888)	(25.295)
Transferência ativo disponível para venda	SJT				(147.572)	-
Transferência para o passivo mantido para venda	SPT				(114.538)	-
					-	289.265

- (a) Na SJT, os valores depositados em garantia referente ao contratado com a Caixa Econômica Federal no âmbito da Linha de Financiamento para Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA Equipamentos e alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes e de administração de contas e outras avenças, oriundos do contrato de concessão, assinados em 30 de dezembro de 2013 e 03 de fevereiro de 2016. São duas aplicações: a) aplicação reserva equivale a três prestações mensais do serviço da dívida, atualizado mensalmente através taxa de remuneração da aplicação financeira; e a b) aplicação reserva especial que equivale ao montante de R\$ 23.400, atualizado mensalmente através taxa de remuneração da aplicação financeira.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(b) Na SPT, os valores depositados em garantia referente ao contratado com a Caixa Econômica Federal no âmbito da Linha de Financiamento para Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA Equipamentos e alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes e de administração de contas e outras avenças, oriundos do contrato de concessão, assinados em 30 de dezembro de 2013 e 03 de fevereiro de 2016. São duas aplicações: a) aplicação reserva equivale a três prestações mensais do serviço da dívida, atualizado mensalmente através taxa de remuneração da aplicação financeira; e a b) aplicação reserva especial que equivale ao montante de R\$ 16.200, atualizado mensalmente através taxa de remuneração da aplicação financeira.

As principais garantias para o contrato incluem:

- Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios oriundos da RAP (Receita Anual Permitida) em conta específica (conta centralizadora) na Caixa Econômica Federal;
- Alienação Fiduciária de 100% das ações da Companhia;
- Constituição de Conta Reserva: Este valor equivale a três prestações mensais do serviço da dívida, atualizado mensalmente através de taxa de remuneração da aplicação financeira no montante equivalente à 3 parcelas do financiamento;
- Constituição de Conta Reserva Especial: Valor depositado em garantia referente ao contrato assinado com a CEF de alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes e de administração de contas e outras avenças, oriundos do contrato de concessão;
- ESA (*Equity Support Agreement*) até o *Completion* Financeiro do projeto;
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD na relação mínima de 1,2 vez considerando o saldo da Conta Reserva Especial e; 1,0 vez excluindo o saldo da Conta Reserva Especial.

Demonstramos a seguir a movimentação dos empréstimos:

	Consolidado		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.487	232.778	289.265
Liberações	8.328	-	8.328
Amortização do principal	(51.781)	-	(51.781)
Transferência longo x curto prazo	143.319	(143.319)	-
Encargos sobre empréstimos	11.573	-	11.573
Pagamento de encargos	(11.670)	-	(11.670)
Aplicações vinculadas - Principal	(4.812)	-	(4.812)
Resgates de aplicações vinculadas	22.634	987	23.621
Rendimento sobre aplicações vinculadas	(834)	(1.580)	(2.414)
Transferência para o passivo mantido para venda*	(173.244)	(88.866)	(262.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-

*Os valores de 2018 foram reclassificados para o "Passivos mantidos para venda".

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta a maturidade da dívida de longo prazo:

Ano	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
2019	-	49.260
2020	57.159	55.553
2021	59.239	57.151
Após 2021	128.048	125.138
Aplicação financeira vinculada	(37.928)	(54.324)
	206.518	232.778

17. Fornecedores circulante e não circulante

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. O prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante. Quando aplicável são acrescidos encargos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Siemens Westinghouse - LTP (a)	66	28.323	66	28.323
Petrobrás	-	25.249	-	25.249
Provisão operacional (b)	264	63	264	63
YPFB Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos	-	7.428	-	7.428
Diversos	15.714	19.806	17.059	24.775
Fornecedores circulante	16.044	80.869	17.389	85.838
Petrobrás	25.249	-	25.249	-
Fornecedores não circulante	25.249	-	25.249	-
	41.293	80.869	42.638	85.838

- (a) Em 13 de abril de 2017, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível, entre a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") e a Âmbar Energia Ltda ("Âmbar"), para fornecimento de gás à Usina Energética Mario Covas ("UTE Cuiabá"), de propriedade da Âmbar. Conforme mencionado na nota explicativa 11.b, o contrato prevê que a compradora se obriga a adquirir e retirar gás natural a cada mês, e mesmo que não retire pagar 70% da QDC (*take or pay*) entre outras cláusulas. Entretanto, em 15 de junho o fornecimento de gás foi interrompido pela Petrobras com base na suspensão contratual e o ingresso de processo de "requerimento de arbitragem", ficando o montante de R\$ 25.249 como *take or pay* em aberto.
- (b) O saldo de provisão operacional refere-se à provisão dos encargos do sistema: CUSD, CCT e TFSEE.
- (c) Refere-se a provisão de manutenção da usina, por período de operação.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

18. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Salários e encargos	910	1.012	910	1.785
Provisões para férias e encargos	3.125	3.289	4.767	4.518
Retenções na fonte	573	531	573	4.423
ICMS / VAT / GST a recolher	-	-	-	2.175
PIS/COFINS	23	4.306	23	9.911
IR/CSLL	4.819	8.106	10.812	9.283
Outros	3	5	30	751
	9.453	17.249	17.115	32.846
Passivo circulante	9.453	17.249	10.454	27.299
Passivo não circulante (a)	-	-	6.661	5.547
	9.453	17.249	17.115	32.846

- (a) O passivo não circulante apresenta o montante de R\$ 668 referente a provisão de bônus que será pago aos funcionários que completarem 5 anos (GOB) e o montante de R\$ 5.993 referente a IR (12,5%) sobre os juros a pagar ao empréstimo firmando entre a GOB e a GOM.

19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base no lucro tributável do exercício. A base tributável difere do prejuízo apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Empresa e suas controladas constituem imposto de renda diferido passivo, quando aplicável, sobre os efeitos tributários da variação cambial de fornecedores, controlados fiscalmente pelo regime de caixa.

A Empresa possui um ativo diferido de R\$ 8.065 adquirido com a incorporação da Zetta Lighting no ano de 2016 que se refere ao ágio fiscal da compra desta.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou em diferentes entidades tributáveis sempre que exista a intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituída pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, onde permitiu que a empresa liquidasse seus débitos de empresas que fossem controladas direta ou indiretamente.

Em 29 de setembro de 2017, a Âmbar e sua controlada GOM cedeu seus créditos tributários à JBS que desejava liquidar parte dos seus débitos incluídos na modalidade “Pagamento a vista” do PERT com a utilização de créditos de empresas que fossem controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa. A cedente chamada de Âmbar por sua vez se enquadra nas exigências, pois é empresa diretamente controlada pela J&F Investimentos chamada de interveniente anuente. A cedente declara que o objeto do Contrato de Cessão de Créditos Tributários, datado de 01 de novembro de 2017, com efeitos retroativos a data de 29 de setembro de 2017, incluiu os direitos, prerrogativas e garantias asseguradas aos respectivos Créditos, e neste ato a Âmbar expressamente anuiu e ratificou a realização do pagamento referido para a J&F, que por sua vez reconheceu o direito da Âmbar de computar esse saldo para fins de amortização nos termos do “Conta corrente” firmado entre ambas.

Seguem quadros demonstrando a origem dos créditos fiscais da Empresa e sua controlada GOM:

Âmbar:

<u>Ano</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Base Negativa</u>	<u>Crédito Fiscal</u>
2008	101.454	101.454	34.494
2009	157.491	157.491	53.547
2010	15.665	15.665	5.326
2013	4.197	4.197	1.427
	278.807	278.807	94.794

GOM:

<u>Ano</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Base Negativa</u>	<u>Crédito Fiscal</u>
2001 a 2005	80.456	80.456	27.355
2009	22.353	22.353	7.600
2010	15.808	15.808	5.375
2011	17.193	17.193	5.846
2012	15.932	15.932	5.417
2013	15.424	15.424	5.244
2014	13.753	13.753	4.676
2015	48.032	48.032	16.331
	228.951	228.951	77.844

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Resultado antes da tributação	(158.858)	370.832	(163.538)	306.369
Resultado presumido de incorporadas	-	-	113.956	(175.892)
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	54.012	(126.083)	16.858	(44.362)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
(-) Resultados Positivos/Negativos em Participações Societárias	(35.223)	122.849	(1.262)	(14.023)
Provisão para perdas de créditos fiscais	(582)	(1.511)	(622)	(1.266)
Provisão para desvalorização - ativo imobilizado e estoques	-	-	3.432	2.818
Perda de variação cambial não reconhecida	367	57	6.653	590
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(18.563)	-	(24.883)	(5.539)
Prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos (a)	94.727	84.762	98.000	209.833
Outras diferenças permanentes	(11)	(43)	(11)	(44)
Utilização prejuízo fiscal/base negativa anos anteriores e 10% base imposto	-	1.443	-	1.443
	94.727	81.474	98.165	149.450
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(3.288)	165	(6.449)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94.727	84.762	98.000	155.899
	94.727	81.474	98.165	149.450

(a) O montante de R\$ 98.000 divulgado no consolidado como receitas de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a R\$ 4.682 da controlada GOM pela constituição de crédito de 30% sobre o prejuízo fiscal para abatimento do IRPJ a pagar sobre diferenças temporárias de variação cambial abatido por R\$ 8.760 da controlada GOB referente a diferença de depreciação contábil versus tributária e R\$ 805 referente ao IRPJ/CSSL da mais Valia referente ao laudo de aquisição da GOB.

Composição do ativo e passivo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	12.346	12.346	39.677	35.790
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(4.603)	(4.603)	(95.127)	(84.559)
	7.743	7.743	(55.450)	(48.769)

(a) O ativo diferido da Empresa é composto por R\$ 8.013 referente ao ágio fiscal de aquisição da Zetta Lighting no ano de 2016 e R\$ 4.333 referente reconhecimento de crédito sobre prejuízos fiscais e base negativa constituído para liquidação integral do passivo referente ao PERT relatado acima. Este crédito fiscal será baixado quando os parcelamentos forem consolidados pela Receita Federal do Brasil.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

No consolidado o valor de R\$ 39.677 também é composto pela constituição de crédito de 30% sobre o prejuízo fiscal da controlada GOM para abatimento do IRPJ a pagar sobre diferenças temporárias de variação cambial apuradas em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 2.486 e R\$ 5.136 referente ao IRPJ/CSSL da mais Valia referente ao Laudo de Aquisição da GOM e R\$ 19.709 referente ao ágio fiscal de aquisição da empresa GOB em 2016.

(b) O passivo diferido da Empresa é composto por R\$ 4.603 referente ao ganho na aquisição de participação do investimento FDIC.

No consolidado o valor de R\$ 95.127 também está associado ao reconhecimento das diferenças temporárias de variação cambial ativa apuradas em 31 de dezembro de 2018 da controlada GOM no montante de R\$ 8.287 e R\$ 82.237 referente a diferença de depreciação contábil versus tributária da controlada GOB.

20. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
P&D - Provisão 2001-2009 (a)	-	7.419	-	7.419
P&D (b)	2.993	2.040	2.993	2.322
FNDCT	-	774	-	878
MME	-	272	-	324
Outros (c)	4.584	6.554	6.018	10.393
	7.577	17.059	9.011	21.336

(a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) 2001 - 2009:

Refere-se a saldo de obrigações com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em virtude de obrigatoriedade regulatória. Todas as empresas concessionárias de geração e autorizadas à produção independente de energia devem aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ("ROL") em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico. Em 29 de setembro de 2005, a ANEEL estipulou a obrigatoriedade da aplicação em P&D a partir de abril de 2006, tendo como base de cálculo a ROL de janeiro de 2001 a janeiro de 2006. Em fevereiro de 2006, a ANEEL emitiu a Resolução nº 352, revogando a Resolução nº 1.383, estipulando que o período de cálculo da ROL desta Empresa deveria começar em abril de 2005 pela geração das turbinas 1 e 2 e desde janeiro de 2001, pela geração da turbina 3.

Por decisão da Empresa e respaldado por opinião legal do escritório Baggio e Costa Filho, posicionando a prescrição dos valores de P&D não recolhidos/investidos que se referem a períodos anteriores aos últimos 5 anos, foi efetuada a baixa de provisão de P&D de 2001 a 2009.

(b) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) a partir de outubro de 2015:

Com a retomada da licença de operação desde outubro de 2015, a Empresa provisionou o montante de R\$ 2.993 referente a obrigação com P&D.

(c) Outros:

O montante de R\$ 6.018 apresentado no consolidado é composto por:

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- R\$ 4.261 referente Provisão de Participação nos Lucros e Resultados da Empresa (Controladora);
- R\$ 777 referente provisão ao fornecedor YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) – GOB;
- R\$ 860 referente diversos fornecedores: - Controladora R\$ 323 e GOB R\$ 537;
- R\$ 120 referente taxa de administração provisionada pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão;

21. Provisão para riscos processuais e fiscais

A Empresa e suas controladas no curso normal dos seus negócios, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, considerando a perda como provável, as seguintes provisões foram efetuadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Trabalhistas	1.418	242	368	242
Fiscais	353	1.227	2.131	1.906
Riscos fiscais	-	-	-	4.268
Total	1.771	1.469	2.499	6.416

Movimentação dos processos:

	31.12.2017	Adição	Liquidação	31.12.2018
Fiscais	1.227	191	-	1.418
Trabalhistas (a)	242	264	(153)	353
Total	1.469	455	(153)	1.771

	31.12.2017	Adição	Transf. passivos mantidos para venda	Liquidação	31.12.2018
Trabalhistas (a)	242	294	-	(168)	368
Fiscais (b)	1.906	225	-	-	2.131
Riscos fiscais (c)	4.268	-	(4.268)	-	-
Total	6.416	519	(4.268)	(168)	2.499

(a) Em 31 de dezembro de 2018, a empresa apresentou saldo em contingência trabalhista no valor de R\$ 353, referente a 2 reclamações trabalhistas na controladora e R\$ 15 referente a 1 reclamação na controlada GOM.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(b) A Empresa obteve Liminar para suspensão do pagamento dos impostos de PIS e COFINS sobre a receita financeira em 07/2015, porém mantém a provisão de R\$ 2.031 destes impostos na contabilidade, até trânsito em julgado do processo e também mantém a provisão de R\$ 99 referente ao pagamento de multa devido entrega em atraso da EFD contribuições no ano de 2013 e 2014.

(c) Desde março de 2017 as controladas SJT e SPT provisionam uma contingência para riscos fiscais relacionada à diferença de base de presunção do lucro presumido de 8% e 12% para 32%. As Companhias possuem uma liminar expedida pela 22ª Vara Federal de Brasília, em 24 de março de 2017, que afasta a aplicação do percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela Companhia, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Empresa era composto pelo saldo de R\$ 2.139.195 e representado por 2.139.195.406 ações nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de março de 2018 mediante a 53ª ACS – Alteração e Consolidação do Contrato Social, os sócios da Âmbar deliberaram a redução do capital da Âmbar em R\$ 197.468 por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. em contra partida reduziu o saldo de partes relacionadas conforme mencionado em nota explicativa 9 (a). Diante disso, o saldo de R\$ 2.126.283 passou a ser R\$ 1.928.815.

A diferença de R\$ 12.912 que apresenta entre os saldos de capital social de 31 de dezembro de 2017 e após a alteração do contrato social da 53ª ACS ocorrida em 28 de março de 2018, foi incorporado ao capital na ata da 54ª ACS datada em 27 de abril de 2018. Ainda nesta mesmo ato societário, ou seja, na 54ª ACS, cláusula 1.1, os sócios deliberaram o aumento do capital em R\$ 101.827, passando de R\$ 1.928.815 para R\$ 2.030.643 e adicionalmente na cláusula 1.3 os sócios aprovaram a absorção dos prejuízos no valor de R\$ 266.031, tornando o saldo do capital social até a presente data no montante de R\$ 1.777.524, representado por 1.777.523.501 ações nominativas e sem valor nominal.

23. Receita líquida

A Empresa está operando no mercado de Curto prazo com a CCEE. Esta receita está reconhecida na parcela de energia. Quanto à receita consolidada, é composta também pela RAP - Receita Anual Permitida das empresas SJT e SPT, recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão. As receitas dos serviços de Operação e Manutenção - O&M - são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A composição da receita operacional líquida apresenta-se da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita de vendas de produtos	-	286.388	1.949	309.258
Receita de compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	538
	-	286.388	1.949	445.290
(-) Encargos regulatórios	6.176	(3.931)	6.176	(102.357)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	-	(26.491)	(333)	67.808
	6.176	(30.422)	5.843	(34.549)
Receita Operacional Líquida	6.176	255.966	7.792	275.246

24. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Custo de gás	932	(142.418)	932	(142.418)
Seguros	(1.707)	(2.531)	(1.707)	(4.041)
Salários e encargos	(24.840)	(26.759)	(31.781)	(32.879)
Manutenção das instalações	(3.927)	(22.205)	(7.296)	(22.545)
Depreciação	(22.298)	(22.596)	(28.907)	(29.001)
Outros custos	(574)	(1.463)	(790)	(3.380)
Serviços externos contratados	(8.720)	(8.696)	(9.984)	(9.767)
Encargos do Sistema	(9)	(10.857)	(9)	(10.857)
Demais despesas administrativas	(2.021)	(7.324)	(3.850)	(9.790)
Outras receitas (despesas), líquido	225	694	(2.918)	632
	(62.939)	(244.155)	(86.310)	(264.046)
Custo dos serviços prestados	(35.162)	(208.979)	(51.352)	(225.502)
Despesas gerais e adm. e outras (despesas)	(27.777)	(35.176)	(34.958)	(38.544)
	(62.939)	(244.155)	(86.310)	(264.046)

25. Resultado financeiro, líquido

Substancialmente representadas por remuneração de aplicações financeiras e impostos a recuperar, encargos e variações cambiais de saldos com fornecedores e de empréstimos e financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	1.001	(3.264)	20.361	(1.567)
Juros passivos	(425)	(2.782)	(425)	(20.003)
Juros ativos	1.277	3.773	1.251	20.814
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(41)	(26)	(143)	154
	1.812	(2.299)	21.043	(602)
Receita financeira	4.583	4.688	46.280	18.981
Despesa financeira	(2.771)	(6.987)	(25.237)	(19.583)
	1.812	(2.299)	21.043	(602)

26. Cobertura de seguros

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Empresa e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado					
Modalidade	Seguradora	Companhia/ Empresa	Vigência	Importância Segurada (R\$ Mil)	Prêmio (R\$ Mil)
			08/12/2017		
Risco Operacional (a)	Tokio Marine Seguros	Âmbar	a 08/12/2018	1.838.320	1.425
Responsabilidade Civil Geral (b)	SWISS RE Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Âmbar	a 08/12/2018	103.500	93
D&O Administradores	Liberty D&O Advantage Brasil	Âmbar	a 04/07/2018	30.000	10
Empresarial	Sompo Seguros	Âmbar	a 04/07/2018	700	1
Resp.Civil de Admin.e Diretores (D&O)	Fator Seguradora S.A.	SJT	a 04/07/2019	30.000	5
			30/09/2018		
Executante Construtor	J. Malucelli Seguradora S.A.	SJT	a 30/01/2019	20.425	34
			21/12/2018		
Resp.civil geral	Chubb Seguros Brasil S.A..	SJT	a 21/12/2019	15.000	26
Seguro Empresarial	FAIRFAX Brasil S. A	SJT	a 21/12/2018	106.611	115
Operac. Danos Materiais			a 21/12/2019		
Continuação-			01/09/2018		
Risco Operacional (a)	Fator Seguradora S.A.	SPT	a 22/12/2019	30.000	238
			04/07/2018		
Seguro Garantia (c)	Fator Seguradora S.A.	SPT	a 04/07/2019	30.000	5
			31/08/2018		
Executante Construtor	Berkley Internacional do Brasil Seguros S/A	SPT	a 31/03/2019	17.300	39
			29/09/2018		
Responsabilidade Civil Geral (b)	Chubb Seguros Brasil S.A.	SPT	a 22/12/2019	15.000	19
			08/12/2017		
Risco Operacional (a)	Tokio Marine Seguros	GOM	a 08/02/2019	1.838.320	990
			08/12/2018		
Responsabilidade Civil Geral (b)	SWISS RE Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	GOM	a 08/12/2019	50.000	6

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Modalidade	Seguradora	Companhia/ Empresa	Vigência	Importância Segurada (US\$ Mil)	Prêmio (US\$ Mil)
Risco Operacional (a)	Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.	GOB	08/12/2018 a 08/02/2019	90.000	42
Risco Operacional (a)	Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.	GOB	08/12/2018 a 08/12/2019	3.000	18

(a) Risco Operacional: abrange danos materiais sem cobertura para lucros cessantes cujo objeto segurado engloba a UTE Cuiabá (Usina Termoelétrica) e a GOM - Gasocidente de Mato grosso Ltda. As apólices de seguros da Empresa têm como cossegurada a controlada GOM.

(b) Responsabilidade Civil Geral: tem por finalidade garantir a indenização ao segurado por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência de operações da Empresa.

(c) Seguro Garantia: tem por objetivo garantir o cumprimento de uma obrigação contratual, seja ela de construir, fabricar, fornecer ou prestar serviços. Nas empresas do grupo tem por objetivo a garantia da conclusão das obras.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Instrumentos financeiros e de gestão de risco

Os montantes dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, exceto empréstimos com partes relacionadas, registrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, equivalem ao valor de mercado.

Durante estes períodos, a Empresa não realizou operações com instrumentos financeiros que possam ser caracterizados como derivativos.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.613	831	3.736	27.413
Contas a receber de clientes	5	1.860	48.167	2.062	64.912
Partes relacionadas	9	113.195	263.637	111.336	263.637
Ativo contratual da concessão	10	-	-	-	1.146.081
		117.668	312.635	117.134	1.502.043
Passivos					
Fornecedores	16	(41.293)	(80.869)	(42.638)	(85.838)
Partes relacionadas	9	(363.641)	(370.090)	(491.954)	(498.813)
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	(289.265)
		(404.934)	(450.959)	(534.592)	(873.916)

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- Risco de crédito:

A Empresa pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de geração de energia junto a CCEE (Câmara Comercializadora de Energia Elétrica). Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes.

- Risco com taxa de juros:

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Administração entende que o risco de taxa de juros não é relevante. Desta forma, dispensa a apresentação da análise de sensibilidade para este risco.

- Risco de mercado:

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros e variação cambial, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

- Risco com taxa de câmbio:

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Empresa monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (derivativos).

- Riscos regulatórios:

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Empresa, assim como nas transmissoras SJT e SPT.

- Risco de interrupção do serviço:

Em caso de interrupção do serviço, as controladas SJT e SPT estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas:

Caso as controladas SJT e SPT expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- Fluxo de caixa efetivo - Quadro de exposição em moedas estrangeiras

No balanço de dezembro de 2018 das controladas GOM e GOB, o saldo de exposição cambial da em dólares norte-americanos foi de USD 33.615 mil e USD 35.115 mil.

	US\$ Mil			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Passivo				
Partes relacionadas	-	-	33.598	35.098
Fornecedores	17	17	17	17
Exposição líquida	17	17	33.615	35.115

- Análise de sensibilidade

Conforme o CPC 40 (IFRS 7), a Empresa, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores da curva futura da oscilação da moeda, com base em projeções e informações de mercado. Como referência, aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação com variações entre 25% e 50% sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas expressadas conforme os cenários a seguir:

- Cenário de análise de sensibilidade:

	Controladora			
	Taxa de câmbio USD de liquidação das cambiais	Saldo líquido de exposição cambial em USD	Taxa cambial de referência (R\$/USD)	Efeito total de ajuste no PL em Reais (R\$)
50% Pior	5,81	17	3,87	33
25% Pior	4,84	17	3,87	17
Realista	3,87	17	3,87	-
25% Melhor	2,91	17	3,87	(17)
50% Melhor	1,94	17	3,87	(33)

ÂMBAR ENERGIA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Consolidado			
	Taxa de câmbio USD de liquidação das cambiais	Saldo líquido de exposição cambial em USD	Taxa cambial de referência (R\$/USD)	Efeito total de ajuste no PL em Reais (R\$)
Realista	5,81	33.615	3,87	65.126
25% Pior	4,84	33.615	3,87	32.563
50% Pior	3,87	33.615	3,87	-
25% Melhor	2,91	33.615	3,87	(32.563)
50% Melhor	1,94	33.615	3,87	(65.126)

28. Eventos subsequentes

São João Transmissora de Energia S.A:

- **Reserva Especial – conta de depósito**

Em 28 de fevereiro de 2019 foi efetuado o depósito de R\$ 1.250, para reposição do montante exigido em conta Reserva Especial, de modo que o ISCD - Índice de Cobertura do Serviço de Dívida atingisse o exigido (1,2).

- **Outros créditos recebidos:**

Em 19 de fevereiro de 2019 foi recebido o montante de R\$ 213.506 referente quitação parcial do contrato de cessão de créditos com a SEARA Alimentos.

São Pedro Transmissora de Energia S.A:

- **Outros créditos recebidos:**

Em 19 de fevereiro de 2019 foi recebido o montante de R\$ 213. referente quitação parcial do contrato de cessão de créditos com a SEARA Alimentos.

DIRETORIA

Marcelo Brani Silva de Abreu

Diretor de Administração

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Adriana de Toledo Paulino

Contadora – CRC 1SP 270239/O-0